




Between sociology and economy: the insertion of economy in social life

Entre a sociologia e a economia: a inserção da economia na vida social

PAULA, Josiane Souza de ⁽¹⁾

⁽¹⁾  0000-0002-9433-7418, Doutora em Economia; Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Uberlândia, Minas Gerais; Brasil. E-mail: josiane_udi@yahoo.com.br.

O conteúdo exposto neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

The dialogue between the sciences is fundamental for the theoretical construction. Here, this relationship between economic theory and sociology is discussed through a qualitative methodology. The main objective of this article is to increase the interdisciplinary debate between economics and the studies of the New Economic Sociology through the analysis of the works of Granovetter, Fligstein and DiMaggio. In particular, we try to highlight NSE themes that can benefit social studies on territorial development, based on a greater explanation of how relationships are embedded in territories. After appreciating the studies discussed here, we see that the topics dealt with by the NSE confirm the importance of the territorial approach in defining a national development project.

RESUMO

O diálogo entre as Ciências é fundamental para a construção teórica. É discutida, aqui, essa relação entre a teoria econômica e a sociologia por intermédio de uma metodologia qualitativa. Este artigo tem como objetivo principal ampliar o debate interdisciplinar entre a economia e os estudos da Nova Sociologia Econômica por meio da análise dos trabalhos de Granovetter, Fligstein e DiMaggio. Em particular, procurou-se destacar temas da NSE que poderiam beneficiar os estudos sobre desenvolvimento territorial a partir de uma maior explicação sobre como as relações sociais estão inseridas nos territórios. Ao final, demonstra-se que os assuntos tratados pela NSE confirmam a importância da abordagem territorial na definição de um projeto de desenvolvimento nacional.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 31/05/2022

Aprovado: 28/07/2022

Publicação: 10/10/2022



Keywords:

Economic Sociology,
Institutions, Territorial
Development.

Palavras-Chave:

Sociologia Econômica,
Instituições,
Desenvolvimento territorial.



Introdução

O diálogo entre a economia e a sociologia tem início no final do Século XVIII a partir dos questionamentos de sociólogos aos escritos de Adam Smith. No Século XIX, tem-se um desacordo devido aos rumos que os economistas neoclássicos tomaram ao apresentar premissas acerca do agente econômico racional que preza pela satisfação de suas necessidades e interesses individuais, negligenciando o papel da história sobre os fatos econômicos. Entretanto, em meados dos anos 1970, houve uma redução dessa separação entre a economia e outras teorias sociais, marcando o retorno do diálogo entre economia e sociologia (Jardim & Candido, 2019).

Nas últimas décadas, os sociólogos buscaram analisar conceitos importantes para a teoria econômica que, normalmente, eram estudados apenas pelos economistas (Swedberg & Granovetter, 1992). A corrente teórica denominada sociologia econômica¹ faz referência a obras de autores clássicos, tais como Marx, Weber, Durkheim, Polanyi, entre outros (Smelser & Swedberg, 2005). Contudo, mesmo com essa terminologia, não houve diálogo entre a economia e a sociologia dos anos 1920 até 1960, uma vez que a sociologia se restringia à análise das implicações sociais das inovações e condições sociais das modificações econômicas (Serva & Andion, 2006).

Esse ramo de estudo apresenta o uso de noções, conceitos e metodologias sociológicas em fenômenos econômicos (mercados, firmas, lojas, sindicatos, entre outros). Segundo a abordagem de Weber, a “sociologia econômica estuda tanto o setor econômico na sociedade (“fenômenos econômicos”) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (“fenômenos economicamente condicionados”) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (“fenômenos economicamente relevantes”)”. Como exemplo, tem-se a ação da economia sobre a arte ou a religião, as quais também podem intervir na economia (Swedberg, 2004, p. 7). Em resumo, a sociologia econômica “estuda os fatos econômicos, considerando-os como fatos sociais” (Steiner, 2006, p. 1).

Assim como nas demais ciências, a sociologia é passível de diversas abordagens e escolas que divergem entre si, o que ocorre até mesmo entre os autores da sociologia econômica². Por isso, pode-se separar a sociologia econômica contemporânea da sociologia econômica dos clássicos dado que cada uma delas se concentra em comportamentos econômicos distintos (Smelser & Swedberg, 2005).

O termo “Nova Sociologia Econômica” foi apresentado por Granovetter em uma conferência pronunciada na Associação Norte-Americana de Sociologia em 1985. Para ele, deveria se focar nas instituições econômicas-chave em contraste à velha sociologia econômica

¹ Termo introduzido por Weber e Durkheim (Smelser & Swedberg, 2005). Para Steiner (2006), seu surgimento e retomada correspondia à insatisfação concedida à teoria econômica quando ela se afasta das outras ciências sociais.

² Na sociologia econômica, destaca-se a existência de algumas perspectivas distintas, conforme aponta Swedberg (1991), podendo-se encontrar três tradições principais: a tradição dos autores alemães (1890-1930); a francesa (1890-1930); e a americana (1950s). Swedberg (2009) cita como exemplo a noção de campo econômico de Bourdieu em contraponto ao conceito de imersão de Granovetter.

dos anos 1960, representada por Talcott Parsons, Wilbert Moore e Neil Smelser identificada como a sociologia industrial e do trabalho. A principal diferença estaria no silêncio das críticas e na ausência de proposições alternativas aos fundamentos neoclássicos (Swedberg, 1997).

A “velha sociologia” se baseava no modelo estrutural-funcionalista, abordando o que incidia sobre a origem das atividades econômicas ou suas consequências sociais. Aos economistas cabia temas centrais da atividade econômica, como o mercado e a moeda, ratificando, portanto, o afastamento entre o econômico e o social (Gonçalves-Dias et al., 2012).

Na década de 1980, a sociologia econômica ressurgiu, tendo como intuito principal contestar os fundamentos da economia neoclássica e desenvolver a sua própria abordagem para o estudo de fenômenos econômicos, ou seja, tenta explicar, a partir de ferramentas da sociologia, os fatos econômicos de modo a superar a fragmentação entre a economia e a sociologia. Conforme salienta Granovetter (2003), a Nova Sociologia Econômica (NSE) afronta os pressupostos neoclássicos e propõe tratar de conceitos-chave da teoria econômica.

Os autores da NSE utilizaram-se, principalmente, da crítica a conceitos da economia convencional (equilíbrio, racionalidade e produtos homogêneos, etc.) e da Nova Economia Institucional para buscar resgatar a importância das relações sociais nos fenômenos econômicos. Desse modo, eles introduzem no debate conceitos, tais como estrutura social, interação social, normas, entre outros, tendo como método de análise inquéritos, entrevistas ou observação participante (Serva & Andion; 2006).

A NSE surge, portanto, como um esforço de romper com o caráter sub e sobressocializado da natureza humana, destacando a prioridade da relação social, da confiança e das redes como núcleos centrais de pesquisa. Em geral, a NSE envolve a aplicação do corpo teórico da sociologia a fenômenos econômicos, não se diferenciando, assim, da economia nem pelas áreas de pesquisa e nem pelas questões que analisa. A distinção entre ambas estaria no modo de linguagem, na metodologia, nos conceitos-chave, entre outros (Marques, 2003).

Conforme Lévesque (2009, p. 111), a NSE apresenta, por meio de duas abordagens, como os fenômenos econômicos são fenômenos sociais: “uma delas centrada no indivíduo socialmente situado e no mercado entendido como forma organizacional, e a outra centrada nos atores coletivos e no mercado entendido como forma institucional”. As contribuições da NSE estão no fato de que, a partir desse enfoque, as relações entre o fenômeno econômico e o social são reformuladas e seu conteúdo é restabelecido, possibilitando uma “economia plural” – que inclui também questões não monetárias e não mercantis – e a discussão de conceitos como o de “capital social”³. Além disso, ela admite múltiplas lógicas de ação de modo que a avaliação dos interesses pessoais leve em consideração motivos advindos de questões morais, emocionais, da confiança e de ligações sociais. Finalmente, a NSE apresenta claramente que a

³ Marques (2003) assinala que o conceito de capital social tem sido utilizado na NSE de forma bastante diversa. Pode ser considerado como um recurso presente nos atores que emergem a partir de seus laços sociais, ou como um conjunto de vantagens e oportunidades que os indivíduos possuem por fazerem parte de comunidades, grupos e associações. Além disso, capital social pode fazer referência também a normas gerais de reciprocidade.

economia imaginada pelos neoclássicos é incompleta, o que torna mais problemáticas as políticas ao dar prioridade somente à redistribuição via Estado e via ajuda internacional para restabelecer o equilíbrio. Assim, dá muito mais sentido para se pensar uma visão mais ampla de desenvolvimento e impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento (Lévesque, 2007).

No mais, argumenta-se que entre os mais importantes desenvolvimentos da ciência social moderna está a busca para preencher o vazio criado pelo *mainstream* econômico, isto é, sua falha em fazer pesquisa sobre as instituições econômicas. Essa corrida foi iniciada nos anos 1970 pelos economistas e nos anos 1980, pelos sociólogos. Para os primeiros, têm-se a análise dos custos de transação, a teoria da agência, a teoria dos jogos, entre outras abordagens. No contexto da sociologia, têm-se a NSE, a sociologia da escolha racional e, talvez, a socioeconomia (Swedberg, 1997).

Diante do exposto, este artigo pretende proceder a uma análise da Nova Sociologia Econômica por meio da apresentação dos principais resultados de uma leitura dos escritos, sobretudo, de Mark Granovetter, Neil Fligstein e Paul DiMaggio. Com isso, espera-se fornecer subsídios para a ampliar o diálogo interdisciplinar entre a teoria econômica e a sociológica. Almeja-se fornecer, com esse trabalho, uma espécie de síntese dos principais conceitos desenvolvidos pelos autores no que diz respeito a sua interpretação acerca da construção social da economia na qual se pretende mostrar como a atuação da economia está centrada no aspecto social. Com essa tentativa, tem-se em vista mostrar os pontos de convergência e/ou divergência dessas ideias em contraponto à teoria econômica convencional. Tal finalidade se fundamenta no fato de que essa importante expressão da sociologia contemporânea é pouco conhecida e divulgada por estudos de língua portuguesa (Marques, 2003). De acordo com Fligstein (2007), a cooperação entre estudiosos empíricos e teóricos é um meio de preencher a lacuna existente entre a teoria e a pesquisa.

Em particular, como exercício final, são apontadas as aplicações da NSE à questão territorial para exemplificar o elo entre a sociologia econômica e a economia social. Abramovay (2006) sugere a utilização da NSE como instrumental analítico para o entendimento das etapas do desenvolvimento territorial, uma vez que ele aponta como lacuna a ausência de fundamentos teóricos nas análises sobre desenvolvimento territorial no que se refere ao papel das interações sociais.

Para a consecução do objetivo proposto, a pesquisa cumpre fins qualitativos. Destaca-se que este texto se situa para além de tudo que é teórico, tendo sido baseado na leitura e nos escritos seminais dos autores da NSE e de vários outros estudiosos sobre o tema. Conforme salientam Serva e Andion (2006), tratar o aprofundamento teórico compreende o uso das teorias que buscam compreender e interpretar a realidade. Assim, a sugestão de construção interdisciplinar demanda como procedimentos metodológicos: i) reconstituir o reaparecimento da sociologia econômica; ii) problematizar a interconexão da teoria que

ressurgiu com a teoria que se propõe comparar; iii) apontar contribuições de ambas as áreas uma para a outra.

O artigo subdivide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, são apresentadas as noções referenciais da NSE: enraizamento de Granovetter, a abordagem político-cultural dos mercados de Fligstein e o papel da cultura sobre as instituições econômicas e os negócios de Paul DiMaggio. Na sequência, estabelece-se uma discussão sobre os subsídios teóricos da NSE para os estudos acerca do desenvolvimento territorial.

Lições da Nova Sociologia Econômica

A corrente de pensamento conhecida como a Nova Sociologia Econômica teve como impulso inicial o texto marcante de Harrison White de 1981, que apresentava uma discussão sobre as origens sociais dos mercados (Marques, 2003). Entretanto, a notoriedade dessa linha de pesquisa tem como ponto de partida o ano de 1985, fazendo referência à publicação do artigo “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”⁴ de Mark Granovetter, que se tornou o “manifesto” desse ramo da sociologia (Swedberg, 1997). Conforme Marques (2003, p. 1), esse artigo “apresenta a postura epistemológica de base e esboça os traços mais decisivos da nova escola”.

Para Serva e Andion (2006), o foco principal dos autores da NSE não está somente em criticar a economia neoclássica, mas também em procurar integrar os debates a respeito das questões econômicas. Dito de outro modo, mais do que reestruturar a teoria neoclássica, a NSE quer dialogar com ela de modo a desenvolvê-la ao se utilizar de conceitos e instrumentos da economia, acrescentando-lhes uma perspectiva sociológica.

Deve-se lembrar que, mesmo dentro do próprio campo de estudo da sociologia econômica, não houve uma produção harmônica, pois é possível dividir os autores em múltiplas linhas de pesquisa, encontrando-se cada um deles com suas considerações e conceitos-chave. Entretanto, ao ter como foco a crítica à economia neoclássica, a NSE deixa de constituir o diálogo com outras áreas da economia que consideram a análise das relações econômicas (Ortega & Matos, 2012).

A inserção da economia na vida social

Para Swedberg (1997), a NSE tem sido desenhada em três eixos da Sociologia: teoria de redes, sociologia cultural e sociologia organizacional, apresentando como conceitos teóricos cruciais o “enraizamento ou incrustação”⁵ e “a construção social da economia”. Lévesque (2007, p. 55) acrescenta como postulados fundamentais para o exame da economia que: “toda ação econômica é uma ação social; a ação econômica é socialmente situada; e as instituições

⁴ Em português, “Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação”.

⁵ No original: *Embeddedness*.

econômicas são construções sociais”. Essas hipóteses vêm ratificar a relevância da dimensão sociológica e contestar a noção extremamente utilitarista dos fenômenos econômicos (Serva & Andion, 2006).

Granovetter critica Karl Polanyi por ter sobre-estimado a imersão social da atividade econômica nas sociedades tradicionais e por ter não dado ênfase nessa imersão nas sociedades modernas (Lévesque, 2007). Porém, ele aproveita das ideias de “enraizamento” de Polanyi e sugere a possibilidade de uni-la à análise de redes, uma vez que a herança da sociologia econômica advinda de Max Weber não era tão difundida na literatura. Diante disso, a tarefa dos sociólogos seria descrever a maneira como as ações econômicas se estruturam por meio de redes. De outro modo, as ações econômicas não seguem a trajetória precisa da maximização (racionalidade econômica), mas seguem caminhos complexos, considerando as redes existentes (a ação econômica está arraigada na estrutura social).

O artigo de Granovetter nasceu da convicção de que o ponto mais fraco da análise dos economistas é o descaso com a estrutura social e a sintetização ao individualismo metodológico (Swedberg & Granovetter, 1992). Assim, o autor propôs a introdução do conceito de incrustação em oposição à ideia da atomização da tomada de decisão. Diferentemente do que propunha Polanyi para o conceito de incrustação, Granovetter queria mostrar que, na sociedade capitalista, as ações econômicas são ações sociais. Por sua vez, Swedberg (1997) destaca que a principal contribuição teórica de Granovetter (1985) foi a transferência da crítica à economia do enfoque psicológico do conceito de racionalidade para o ponto de vista de que há uma incapacidade dos economistas em incorporar a estrutura social na análise econômica, além de possibilitar a análise a partir da perspectiva de que os agentes são racionais e que a estrutura social é importante.

Para Granovetter (2003⁶, p. 69), o modo “como os comportamentos e as instituições são afetados pelas relações sociais constitui uma das questões clássicas da teoria social”, o que contraria a visão neoclássica de que as relações sociais (poder, amizade, confiança etc.) são apenas um “epifenômeno” do mercado. Portanto, em contraponto à tradição utilitarista, que pressupõe que o comportamento dos agentes é racional e autocentrado (com pouca influência das relações sociais), o autor propôs que tanto comportamentos como as instituições são condicionados pelas relações sociais, devendo-se tratá-los de modo dependente. As condutas dos agentes dependem dos interesses pessoais e de aspectos morais, pois o desempenho das instituições acompanha o interesse comum.

Ademais, destaca-se que, na literatura econômica, os comportamentos e as instituições no mercado podem ser compreendidos por meio das concepções subsocializadas e sobressocializadas. A concepção subsocializada da ação humana é a base da economia clássica e neoclássica, pois, conforme essas correntes do pensamento, a estrutura social não exerce

⁶ Tradução do original “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, *American Journal of sociology*, v. 90, n. 3, p. 481-510, 1985.

nenhuma influência nas relações de produção, distribuição e consumo. Ou seja, o fato de os agentes estabelecerem relações sociais entre si é visto como algo circunstancial nos mercados concorrenciais, sendo a atomização um pré-requisito para a concorrência perfeita. Já o processo de sobressocialização diz respeito à interiorização de normas e valores convencionados socialmente, isto é, os padrões comportamentais são enraizados dado que as relações sociais em curso têm apenas um resultado periférico diante das condutas sociais (Granovetter, 2003).

Destaca-se que essas duas concepções se aproximam no sentido de que as ações e as decisões são tomadas por agentes atomizados. Nas palavras de Granovetter, “as soluções subsocializada e sobressocializada para o problema da ordem convergem assim no fato de isolarem os autores do seu contexto social mais imediato” (Granovetter, 2003, p. 73), ou seja, negligenciam o enquadramento histórico e estrutural das relações sociais dado que as ações são dependentes do pertencimento de redes de relações. Especificamente, as redes sociais geram a circulação de informações e garantem a confiança ao limitar os comportamentos oportunistas.

Diante disso, o referido autor destaca que uma análise proveitosa da ação humana sugere a fuga da atomização, visto que os indivíduos não agem como átomos ausentes de um contexto social, nem como escravos, mas, sim, de modo que suas ações estão enraizadas em sistemas sólidos e contínuos de relações sociais. Portanto, assumindo que a ação econômica é dependente das ações sociais, o autor propõe a teoria da incrustação como alternativa ao estudo do comportamento humano feito pela teoria econômica. Desse modo, considerar que o comportamento se encontra enraizado em redes de relações interpessoais impede visões extremistas acerca das perspectivas subsocializada e sobressocializada da ação humana (Granovetter, 2003).

Em trabalho posterior, Granovetter (2017) reflete sobre os desdobramentos do seu artigo de 1985, em particular, sobre a relação do conceito de enraizamento a partir da análise de redes sociais da economia, buscando ampliar a interseção de aspectos econômicos com não econômicos da sociedade e abordando não somente as redes sociais, mas também as influências culturais, políticas, religiosas e amplamente institucionais. No mais, destaca-se que, devido ao fato de serem importantes para explicar conceitos como confiança, poder, normas e valores, as redes sociais desempenham um importante papel conceitual.

O significado da ação econômica é construído por meio da relação entre os atores, sendo as ações humanas motivadas por valores e interesses. Desse modo, agir egoistamente é apenas um dos modos de comportamento, os quais mudam conforme a conjuntura social e histórica (Gonçalves-Dias et al., 2012).

Em suma, a vida em sociedade diz respeito à conexão entre os indivíduos e a participação nas instituições, o que, por sua vez, interfere nas ações econômicas de todos os agentes, bem como interfere no modo como essas ações se desenvolvem coletiva e

individualmente. Assim, a principal via de estudo da sociologia econômica está no estudo dos padrões de interação social e nas instituições que os indivíduos criam e usam na busca por seus interesses (Swedberg, 2009).

A abordagem político-cultural do mercado

As tentativas de desenvolver ainda mais o conceito de imersão também fizeram frequente o uso da teoria das redes em diversos trabalhos que surgiram na década de 1980, deixando de lado um relato adequado da cultura na economia (Swedberg & Granovetter, 1992). Os anos 1990 trouxeram mudanças importantes na sociologia econômica no que diz respeito a seu status institucional e a sua abordagem teórica. Novas discussões surgiram, houve avanços a partir da pesquisa empírica com a adição de outros assuntos à agenda (Swedberg, 2004). Na perspectiva institucional da NSE, tem-se que as ações das organizações necessitam ser entendidas por meio das instituições formais, das convenções e dos valores. A ênfase está nos conhecimentos partilhados que determinam o que tem sentido e quais ações são possíveis (Gonçalves-Dias et al., 2012).

White propôs, em 1981, que o mercado típico tem um número limitado de atores que se relacionam por meio de preços e quantidades e é concebido por uma estrutura social estável. Os mercados somente seriam estáveis se os atores levassem em conta, reciprocamente, seus comportamentos (Swedberg, 2004). Granovetter (2003) ampliou a discussão, sugerindo que todos os modos de interação econômica eram baseados nas relações sociais – a incrustação dos mercados. Entretanto, para Neil Fligstein (2003)⁷, a literatura empírica não foi capaz de tornar clara a natureza precisa da inserção social dos mercados. Assim, esse autor inicia a estruturação de uma nova perspectiva a partir da literatura existente.

Fligstein (2003) sugeriu que a característica mais marcante dos mercados modernos é sua estabilidade. Assim, em quaisquer conjunturas, os atores não veem com bons olhos a volatilidade de preços e a competição desmedida. O autor propõe, então, uma consideração mais realista da concorrência de modo que as grandes empresas busquem estabilidade, não mudança ou rivalidade. No mais, o autor recomenda modelos de sociedade por meio da relação instituída historicamente entre Estado e mercado.

Deve-se salientar que o foco do autor está na organização dos mercados modernos de produção. Para o referido autor, os mercados se referem a situações em que bens ou serviços são vendidos a clientes por um preço e pagos em dinheiro (transação). As instituições, por sua vez, referem-se a regras compartilhadas que podem ser leis ou entendimentos coletivos mantidos pelo hábito ou, ainda, por um acordo explícito ou tácito, como aponta Fligstein (2003).

⁷ Do original: FLIGSTEIN, N. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American sociological review*, v. 61, n.4, p. 656-673, 1996.

Esse autor utiliza a metáfora “mercado enquanto política” na tentativa de criar uma visão sociológica da ação nos mercados. Essa metáfora abrange duas dimensões. A primeira diz respeito à ideia de que a formação do mercado faz parte da formação do Estado. Os Estados modernos, na economia capitalista, criaram as condições institucionais para que os mercados se tornassem estáveis. O elemento decisivo para a compreensão de como os novos mercados se desenvolvem em uma sociedade são as “regras” de construção dos mercados e de intervenção nos mesmos. A segunda dimensão assinala que os processos internos ao mercado reproduzem dois modos de projetos políticos representados pelas lutas de poder tanto no interior como entre as empresas determinadas a dominar os mercados.

Na abordagem de Fligstein (2003), essas duas dimensões se tornam o elemento unificador que focaliza a forma como as estruturas sociais são produzidas para controlar a concorrência e organizar a empresa, ou seja, os atores estão envolvidos em ações políticas uns com os outros e, a partir daí, estabelecem-se culturas locais que guiam essa interação.

O modo como a política intervém nos mercados está representado no decorrer das diversas fases de seu desenvolvimento. No processo de formação dos mercados, ocorre a busca pela construção de uma hierarquia de status que fortaleça as formas não competitivas de competição (nesse caso, a ação política assemelha-se aos movimentos sociais). No momento de estabilização, as empresas dominantes protegem sua posição contra competidores e invasores, mas, por outro lado, em uma etapa de transformação, as empresas invasoras podem reintroduzir condições mais fluidas, aproximando-se dos movimentos sociais.

Assim, a principal contribuição dessa perspectiva é que há dois tipos de fontes potenciais de instabilidade nos mercados: a tendência das empresas em competir entre si, reduzindo os preços; e a dificuldade de conservar a empresa unida como uma coligação política. Ressalta-se que, com a finalidade de promover a sobrevivência de suas empresas, os atores do mercado tentam controlar essas fontes de instabilidade. Mas isso somente é possível a partir de uma visão de mundo que admita aos atores uma interpretação do mundo e seja capaz de controlar tais situações. Isto é, é preciso uma concepção de controle⁸, a qual estabelece entendimentos sociais por meio dos quais as empresas se tornam capazes de impedir a concorrência direta de preço e solucionar problemas políticos internos (Fligstein, 2003).

A ideia base de Fligstein (2003) – ou seu modelo de ação – considera que, dada a incerteza que permeia os mercados (“mundos obscuros”), não é possível prever quais os resultados das ações. Assim, os atores necessitam estabelecer uma narrativa do mundo que supere isso, motivando e determinando os rumos da ação, bem como justificando-a. Acreditando que o objetivo da ação nos mercados é assegurar a sobrevivência da empresa e

⁸ As concepções de controle capturam um aspecto importante da forma como os atores estruturam a ação uns em relação aos outros. As concepções de controle são estruturas cognitivas partilhadas no interior e através de organizações que têm um profundo efeito sobre o desenho organizacional e a concorrência (FLIGSTEIN, 2003).

que nenhum ator pode determinar que comportamentos maximizarão os lucros (nem a priori ou a posteriori), a ação é, portanto, direcionada no sentido da criação de mundos estáveis.

Nesse sentido, os atores buscam, frequentemente, estabelecer formas de cooperação com os concorrentes a fim de repartir os mercados. As estratégias mais comuns orientadas para isso, principalmente, para controlar a concorrência dos preços, são os cartéis, o controle de preços, a criação de barreiras de entrada, a limitação da produção, as patentes, os acordos de licenciamento e o uso compartilhado de unidades produtivas. Uma outra tática é o envolvimento do Estado na produção de leis de regulação ou proteção que permitam maiores chances de sobrevivência da empresa. Assim, é por meio dos direitos de propriedade, das estruturas de governança e das normas de transação que os Estados modernos regulamentam a ação econômica, ou seja, os Estados fornecem as “condições estáveis e seguras, com base nas quais as empresas se organizam, competem, cooperam e transacionam” (Fligstein, 2003, p. 203).

Por fim, Fligstein (2003) propôs uma teoria exógena da transformação do mercado que entende a razão básica de modificações nas estruturas do mercado como decorrência de forças alheias ao controle dos produtores por conta tanto de mudanças na demanda, invasão por outras empresas, quanto pelas ações do Estado. Assim, os mercados são construções sociais que refletem a construção político-cultural singular de suas empresas e nações. Os mercados estáveis reproduzem hierarquias de status que determinam os papéis de estabelecidos e desafiadores e também como os líderes do mercado garantem a ordem e sinalizam como as crises precisam ser tratadas e é por meio das redes que essa estrutura complexa de papéis nos mercados é operada (Fligstein, 2003).

Em uma publicação posterior, Fligstein (2007) propõe o uso do conceito de habilidade social, a qual envolve a noção de que cabe aos agentes induzir a cooperação dos demais. A aptidão “de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais” (Fligstein, 2007, p. 62). Segundo o autor, esse conceito tem como finalidade dar um microfundamento sociológico em lugar do individualismo metodológico. Dito de outra forma, ele pode ajudar a entender como os agentes podem ou não conseguir transformar as estruturas sociais.

Em suma, a abordagem político-cultural dos mercados apresenta múltiplos elementos para o entendimento das motivações e das opções estratégicas feitas pelas organizações. Os atores no mercado procuram instituir mundos estáveis na busca da redução dos conflitos e da concorrência a partir de diferentes soluções. Por meio de concepções de controle, criam-se hierarquias, acordos, estratégias de negociação e de cooperação e é assim que o ambiente em que a organização funciona é moldado. Portanto, “muitas vezes, os atores estratégicos hábeis proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros” (Fligstein, 2007, p. 62).

O enraizamento da cultura na ação social

A partir da consideração de que a ação econômica tem um significado que é construído na relação entre os atores, Paul DiMaggio mostrou como a cultura exerce influência na conformação de instituições econômicas e nos negócios. A contribuição desse autor está na sua persistência de que os modelos mentais dos atores devem ser buscados na cultura, ou seja, na sociologia e na antropologia cultural (Abramovay, 2004).

Os trabalhos de DiMaggio na área da sociologia econômica aplicam-se aos princípios programáticos no que tange à necessidade de unir a abordagem cultural da NSE a estudos reais. Para ele, a cultura pode moldar as instituições econômicas e os negócios uma vez que ela impõe limites à racionalidade econômica (Swedberg, 1997).

No artigo em que trata sobre as características culturais da ação e da organização econômica, DiMaggio (2003⁹, p.167) apresenta, inicialmente, o que ele entende por cultura: “diz respeito à cognição social¹⁰, ao conteúdo e as categorias do pensamento consciente e a tudo aquilo que tomamos por certo. A cultura consiste em cognições partilhadas que variam no seio de qualquer população teoricamente relevante”.

A partir da percepção de que o comportamento econômico se encontra incrustado não apenas na estrutura social, mas também na cultura, o objetivo desse autor é descrever vários conjuntos de problemas intrigantes situados na interseção da cultura com a economia, bem como apresentar algumas ideias que podem inspirar a solução desses problemas.

As crenças, as atitudes, as normas e os juízos representam os diversos níveis que a cultura abrange. Isto é, a cultura inclui múltiplos fenômenos cognitivos compartilhados e analiticamente diferenciáveis entre os quais não se pode prever uma coerência necessária (Dimaggio, 2003). Contrariando a visão neoclássica de que as atitudes dos atores mais importantes são as preferências, Dimaggio (2003) aponta que uma proposta cultural implica necessariamente ser mais abrangente, rejeitando a noção de preferências reveladas, mas problematizando a relação entre preferências e comportamento.

A utilização pelos sociólogos de conceitos como estratégias, lógicas ou hábitos faz referência a comportamentos habituais ou a rotinas de resolução de problemas, o que proporciona indicativos para a ação econômica, além de moldar a forma como as pessoas interpretam e reagem diante do mundo.

DiMaggio (2003, p. 170) afirma que, como Polanyi esboçou, “o próprio mercado é uma construção cultural segundo a qual pessoas orientam seu comportamento, bem como um sistema de relações sociais no qual participam”. Por isso, diferente do *homo economicus* (habitante do mercado autorregulado), a racionalidade seria limitada pelo contexto porque a cultura impõe limites à racionalidade econômica.

⁹ “Cultural aspects of economics action and organization”. In: FRIEDLAND, R. O.; ROBERTSON, A. F. (Ed.). *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. Nova York, Aldine de Gruyter, 1990.

¹⁰ O termo “cognição” refere-se ao conjunto de fenômenos conscientes e pré-conscientes que constituem a vida mental do ser humano (Dimaggio, 2003).

Diante disso, mesmo que, nos padrões de relações sociais, seja possível o individualismo, faz-se necessário considerar laços sociais, contexto e tipo de transação. No geral, sistemas de racionalidade coletiva estão imersos em sistemas de valor claramente coletivistas, mesmo que os esforços individualistas forem justificáveis em termos de interesse comum ou de tradição.

Assim, a cultura influencia a economia tanto a nível organizacional quanto a nível da ação individual, sendo as culturas nacionais dominadas por crenças institucionais, modelos organizacionais e guias comportamentais que os indivíduos valorizam. Mais uma vez, ressalta-se a noção de que os mercados são construções sociais que não podem ser explicados em função da estrita racionalidade do *homo economicus*, já que as relações contínuas determinam e reforçam a confiança. Outro diferencial apontado pelo autor está na questão da formação de gostos, o que também contraria a visão atomista. No geral, sugere-se que os gostos são moldados por características extrínsecas aos bens. Assim, a formação do gosto também é um processo intensamente social.

Em síntese, dentro de sua crítica à modelagem econômica, DiMaggio (2003) conclui que fazer convergir a economia e a sociologia não é algo fácil, ressaltando que nem é certo de que isso seja preciso. No mais, o autor insiste na ideia de que os modelos sobre o comportamento dos atores necessitam ser procurados na cultura, isto é, na sociologia e na antropologia cultural.

Contribuições da NSE para a questão territorial

Conforme Lévesque (2009), os estudos sobre desenvolvimento territorial sugeridos tanto por geógrafos como por economistas heterodoxos, cientistas políticos e sociólogos posicionam-se na extensão da sociologia econômica e das análises da economia social. Esforços têm sido feitos para ampliar as contribuições da sociologia econômica para o estudo do desenvolvimento territorial (Tavares & Silva, 2019; Rabelo, 2019; Maciel et al., 2019; Freitas, 2016; Silva et al., 2015).

Os mercados são espaços de conflito, não sendo o único meio de realizar transações. Espera-se que as decisões individuais sejam motivadas a partir da repetição de comportamentos, o que sugere a necessidade de se considerar a historicidade para tentar prever o futuro. O que permite a cooperação é a confiança estabelecida entre os agentes, sendo essa fundamental para a questão territorial¹¹.

Para Abramovay (2006, p. 3), os territórios resultam do modo como “as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta

¹¹ Uma ressalva é importante. Quando se pretende discorrer sobre questões territoriais, faz-se necessário superar dicotomias entre o rural e o urbano, assim como entre o rural e o agrícola, isto é, olhar para o meio rural não como um setor, mas, sim, como um espaço. Nesse sentido, quando se pensa em desenvolvimento territorial, não se pode minimizar o papel do espaço e desconsiderar a história, mas é preciso levar em conta tanto políticas macroeconômicas como conflitos sociais.

relação”. Na visão do autor, falta à pesquisa sobre desenvolvimento territorial a construção de definições teóricas claras sobre a natureza dos laços sociais que compõem os territórios. Para ele, a opinião de que o território é constituído por um conjunto de laços que possibilitam o fortalecimento da identificação de seus atores, induzindo a ações baseadas na confiança construída pela interação, é importante, mas não é capaz de dar conta de processos de desenvolvimento locais.

Desse modo, as ferramentas da sociologia econômica contemporânea são fundamentais para a análise da relação entre o território e as forças sociais que nele se constituem. Nesse sentido, a contribuição de Neil Fligstein para a dinâmica territorial está no entendimento da natureza da cooperação e na ideia de mercados enquanto campos. O principal objetivo da ação está na busca por se obter a cooperação de outros autores em cada campo (Abramovay, 2006).

Abramovay (2006) propõe, sobretudo, com base nos trabalhos de Fligstein, que se estudem os territórios por meio da ideia de campos de Pierre Bourdieu (refere-se à formação de arranjos sociais locais fundamentados nas relações sociais entre um conjunto de atores, por meio das quais se espera alcançar a cooperação). Uma vez que os territórios são tidos como laços sociais, é preciso que se entenda a natureza da cooperação que neles se manifesta. No mais, os mercados compreendidos nos territórios também devem ser considerados como campos de força nos quais os atores buscam alcançar a cooperação e, conseqüentemente, as possibilidades de dominação. A capacidade dos atores em obter cooperação é tida como uma habilidade social. O modo como os mercados se formam e funcionam são uma síntese dos principais elementos do território (agências, representantes, organizações, ambiente cultural, entre outros), isto é, os mercados representam estruturas sociais capazes de prover regras e referências que formam as ações sociais. Segundo Abramovay (2006, p. 6), “O que há, portanto, são mercados cuja construção e funcionamento é o produto histórico de formas determinadas de interação correspondentes a certas relações de forças entre grupos sociais”.

Logo, para que se obtenha sucesso nos negócios, é preciso que se estabeleçam redes. Além disso, destaca-se que os laços fortes (familiares, por ex.) são tão importantes quanto os laços fracos (profissionais, por ex.) em virtude de esses últimos criarem condições para o estabelecimento de pontes entre as redes mais distantes por conterem um conjunto maior e mais diversificado de informações (Lévesque, 2007).

A abordagem estrutural dos mercados oferecida pela NSE contribui para o estudo dos territórios por tratar que os mercados funcionam devido à análise constante que os atores fazem entre si, possibilitando a coordenação entre eles. Ademais, procura-se estabelecer relações duráveis, o que permite a construção de rotinas, redução de riscos e de mercados estáveis. Nesse sentido, a noção de direitos de propriedade, estruturas de governança, regras

de troca e concepções de controle¹² são elementos-chave para o entendimento da pesquisa empírica.

Ressalva-se que a permanência das relações entre os participantes de um mercado pode ser contraposta ao surgimento de organizações capazes de desestabilizar os alicerces em que se apoia uma determinada forma de funcionamento. Ou seja, há uma relação de dependência dos mercados junto às instituições, as quais refletem o *modus operandi* entre os agentes individuais e grupos sociais nos mercados (Abramovay, 2006).

Como Marques (2003, p. 3) instrui, “os mercados são também construções que transportam memórias da sua história. A sociologia das organizações (...) tem reforçado a ideia de que as empresas e os mercados transportam consigo as marcas das suas origens”. O autor afirma ainda que as causas institucionais que conduzem os mercados e firmas a convergirem devem ser ainda mais investigadas.

Fligstein (2003) também destaca como mercados e Estados estão fortemente conectados. Dentro dessa perspectiva, ressalta-se, para o caso territorial, a importância de se obter a cooperação dos atores por meio da habilidade social de seus líderes em estabelecer um projeto coletivo, isto é, diz respeito “à sua capacidade de obter e inspirar confiança, de negociar, fazer cumprir contratos, estabelecer e realizar direitos” (Abramovay, 2004, p. 36). A racionalidade dos atores é restringida pelo contexto, portanto não é suficiente para a ação já que o comportamento dos atores e dos grupos somente se explica socialmente.

Rabelo (2019), por exemplo, analisa o caso da denominação de origem do café no cerrado mineiro. Segundo ele, a estabilidade advinda das condições criadas pela ação estatal nos mercados pode ser conquistada por meio da relação entre os cafeicultores e as instituições, sobretudo, na comercialização da produção, uma vez que isso favorece a confiança dos consumidores para que a relação de compra e venda se sustente. Assim sendo, os resultados obtidos da cafeicultura do cerrado mineiro se devem à concentração “de forças das instituições locais na construção social de uma marca que leva consigo as suas especificidades territoriais e obtém vantagens mercadológicas mediante esse fato” (Rabelo, 2019, p. 45).

Por sua vez, Ortega (2008, p. 44) assinala que é na fundação do desenvolvimento territorial que se encontra a sua identidade ou o surgimento de uma cultura de cooperação na comunidade, pois “tal cultura, centra-se na crença em uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de estabelecer uma trajetória de desenvolvimento virtuosa”. Portanto, a capacidade que uma sociedade tem de se organizar é fundamental para o processo de desenvolvimento. Assim, experiências de desenvolvimento endógeno exitosas têm relações sociais aprofundadas no território que dependem do contexto social existente para criar ou não situações de cooperação (Ortega, 2008).

¹² Visão de mundo que permite que as relações entre dominantes e dominados possa ser fundada e reproduzida ao longo do tempo.

Desse modo, as regras que estabelecem o funcionamento dos mercados de um determinado local reproduzem a conexão entre os diversos grupos sociais que nele estão inseridos, o que sugere a profunda conexão entre mercados e territórios. O desenvolvimento territorial depende da articulação e da contribuição por meio das quais vários atores e domínios de poder desenvolvem um papel para a melhoria da esfera local.

Para Lévesque (2009), por não compor um menor espaço demarcado de recursos e, sim, uma construção social e histórica, é possível localizar, no território, um sistema de atores cuja articulação é garantida por vários tipos de proximidade no meio natural. Gonçalves-Dias et al. (2012) citam um exemplo do fornecimento de microcrédito a pessoas pobres que não conseguem acessar a rede formal de crédito. Nesse caso, são concedidas pequenas somas com base na recomendação e confiança das pessoas que convivem com os candidatos a receber o recurso. Ademais, existe uma dimensão de enraizamento social no território dado que o negócio somente se efetiva quando estão presentes atores de um mesmo território e comprovado o reconhecimento na rede social existente como uma pessoa capaz de admitir e honrar uma operação de crédito. Assim, tais negócios sociais possibilitam melhorar as condições de vida daqueles indivíduos que estão à margem da sociedade.

Isso é compatível com os seguintes argumentos de Granovetter (2003): a análise da imersão, que realça o papel das relações pessoais sólidas e das redes dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé; a preferência de fazer negócios com pessoas de reputação conhecida, evidenciando a pouca eficiência da moral generalizada e das instituições; e, por fim, das relações sociais que são as principais responsáveis pela geração de confiança na vida econômica.

Silva et al. (2015) analisam mudanças organizacionais ocorridas em empreendimentos familiares mineiros a partir de ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) à luz da Nova Sociologia Econômica. Conforme os autores, a perspectiva da NSE fornece subsídios essenciais para a compreensão sobre como os atores se relacionam e concebem culturas locais que guiam a seus intercâmbios em uma rede de relações concretas e contextualizadas. No caso em estudo pelos autores, observou-se que as alterações na relação dos atores que compõem a rede de relações do programa foram essenciais para garantir a entrega dos produtos (Silva et al., 2015).

Afinal, para a NSE, a imersão dos atores sociais em redes continuadas que reforçam a confiança e a afeição recíproca constitui poderoso ativo a mobilizar em situações futuras, levando ao “hábito, a convenção e a estratégia, procurando demonstrar que uma linha de ação que pode não fazer sentido num momento limitado, pode ser aferida como significativa ex-post, ao longo de uma cadeia sequencial de eventos” (Marques, 2003, p. 7). O território é, portanto,

uma construção social composta por relações de confiança¹³, intensa organização social e redes que são fundamentais para o processo de desenvolvimento territorial por serem essenciais para a construção de um pacto territorial.

Considerações Finais

A construção interdisciplinar é importante na medida em que diversos temas e abordagens têm sido pesquisados de modo independente por economistas e sociólogos, pois espera-se que o intercâmbio de ideias entre ambos possa trazer maiores contribuições para a pesquisa da temática em questão. Há economistas que incorporaram conceitos e modos de pensar dos sociólogos em suas análises, assim como sociólogos também foram atraídos pelas ideias de economistas.

Como apresentado anteriormente, a sociologia econômica surge do descontentamento frente à teoria econômica em virtude de seu distanciamento das demais ciências sociais. A ideia base era a concepção de que a teoria econômica não apresentava uma explicação satisfatória para a compreensão dos mercados porque se apoiava em pressupostos equivocados, principalmente, por considerar que os atores atuam em um contexto de informação perfeita sem nenhum grau de incerteza. A solução estaria, portanto, na consideração da inserção de fatores sociais na análise, ou seja, para melhor entendimento do mercado, faz-se necessário conhecer a natureza das relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos. Desse modo, as contribuições da Nova Sociologia Econômica tiveram como base a identificação do papel das relações sociais, dos valores culturais, da política e de fatores cognitivos na construção e funcionamento dos mercados. Observou-se a grande qualidade das pesquisas realizadas nessa área, o que representa seu fortalecimento, havendo, até os dias atuais, esforços nesse sentido.

Inspirados nos trabalhos de Polanyi, sobretudo, na ideia de que o mercado é uma construção social, os autores aqui apresentados trouxeram subsídios importantes para a discussão acerca da questão territorial, assim como Granovetter insistiu na ideia de que as relações econômicas estão enraizadas nas relações sociais. Fligstein sugeriu que a característica mais marcante dos mercados modernos é sua estabilidade e, diante disso, os atores tentam controlar fontes de instabilidade por meio da análise das relações que firmam uns com os outros, estabelecendo formas de cooperação, hierarquias, acordos e estratégias de negociação. DiMaggio mostrou também que a ação econômica tem um significado que é construído por meio da relação entre os atores, pela qual eles orientam seus comportamentos, considerando os laços sociais, o contexto e a forma de transação.

Além disso, considera-se que a crítica apresentada ao homem econômico e à racionalidade ilimitada não levou em consideração alguns pontos importantes para o debate.

¹³ A confiança é um elemento-chave nessa discussão, dado que é a partir dela se pode obter a cooperação, fator decisivo nos arranjos socioprodutivos territoriais nos quais poder, estrutura, cultura e análise histórica comparativa constituem fatores que os sociólogos buscam adicionar nos debates sobre o mercado (Ortega, 2008).

Faz-se necessário, então, aprofundar a discussão acerca das características desses indivíduos, por exemplo, como sua racionalidade é condicionada.

A discussão aqui apresentada não teve como objetivo cobrir todo o debate em torno das contribuições da Nova Sociologia Econômica. Foi feita apenas uma tentativa de mostrar os principais elementos abordados por alguns autores para a construção da crítica aos postulados neoclassicistas e como é possível aplicar essa teoria à discussão acerca do desenvolvimento territorial.

Questões importantes tratadas pela NSE ratificam a importância da abordagem territorial no estabelecimento de um projeto de desenvolvimento nacional. Os estudos territoriais têm tratado o território em uma perspectiva multidisciplinar. O ponto de vista territorial do desenvolvimento, por exemplo, concebe a convergência de novos meios de pensar sobre a ruralidade. Nesse sentido, superou-se o enfoque setorial das atividades econômicas, levando em conta a diversidade de ações, as estratégias e as trajetórias que os atores seguem, objetivando a sua reprodução social e econômica.

Em suma, não se pode ignorar a diversidade de contextos e momentos históricos da presente análise. Assim, por compreender a economia como totalidade social e por considerar as instituições, as organizações, as redes e as formas de governança, a NSE reinsere a economia no núcleo da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (2006). Para *uma teoria dos estudos territoriais*. http://https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf
- ABRAMOVAY, R. (2004) Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo social*, 16(2), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000200002>
- DIMAGGIO, P. (2003) Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 167-194.
- FLIGSTEIN, N. (2003) O mercado enquanto política: Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 195-228.
- FLIGSTEIN, N. (2007). Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, 47, 61-80.
- FREITAS, A. F. D. (2016). Por uma abordagem relacional do desenvolvimento territorial rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54, 667-690.
- GRANOVETTER, M. (2003) Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 69-102.
- GRANOVETTER, M. (2017). *Society and economy: Framework and principles*. Harvard University Press.

- GONÇALVES-DIAS, S., RODRIGUES, A., HERRERA, C. B. (2012). O Social e o Econômico: a contribuição da Nova Sociologia Econômica. Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social–ENAPEGS. http://handbook.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/SOCIALES_8/Sociologia/65.pdf
- JARDIM, M. C.; CANDIDO, S. E. A. (2019). A sociologia econômica nos Estados Unidos: principais autores, conceitos e debates. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (88), 1-23. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/472>
- LÉVESQUE, B. (2007) Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 47, 49-60. <https://www.scielo.br/j/rae/a/5tHjSqGwPMzbWwZxSJxdqNn/?lang=pt>
- LÉVESQUE, B. (2009). Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Política & Sociedade*, 8(14), 107-144.
- MACIEL, R. G.; BECKER, C.; NESKE, M. Z. (2019). Os mercados da ovinocultura na pecuária familiar: proposições analíticas da Nova Sociologia Econômica. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57, 396-412.
- MARQUES, R. (2003) Os Trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. A *Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 1-68.
- ORTEGA, A. C. (2008) *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Editora Alínea.
- ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. (2012). Outra economia para a Nova Sociologia Econômica. *Econômica (Niterói)*, 14(2), p. 137-156. <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34851>
- RABELO, W. D. O. (2019). *A construção da “marca” café do cerrado mineiro: inovações tecnológicas e estrutura de governança*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
- SERVA, M.; ANDION, C. (2006). Teoria das organizações e a Nova Sociologia Econômica: um diálogo interdisciplinar. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 46(2), p. 10–21. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37107>.
- SILVA, M. G.; Dias, M. M.; Amorim Junior, P. C. G. (2015). Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53, 289-304.
- SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (2005). *The handbook of economic sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- STEINER, P. (2006). *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas.
- SWEDBERG, R. (1977) New economic sociology: What has been accomplished, what is ahead? *Acta Sociologica*, 40(2), p. 161-182. <https://www.jstor.org/stable/4201021>
- SWEDBERG, Richard. (1991), Major traditions of economic sociology. *Annual Review of Sociology*, 17: 251-276.
- SWEDBERG, R. (2004) Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, 16(2), p. 7-34. <https://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a01.pdf>
- SWEDBERG, R. (2009). *Principles of economic sociology*. Princeton University Press.
- SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. S. (Eds.). (1992). *The sociology of economic life*. Westview press.
- TAVARES, L. L.; SILVA, I. L. (2019). Desenvolvimento Territorial sob a Perspectiva da Nova Sociologia Econômica. *O Eco da Graduação*, 4(1), 5-5.